

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estado de S. Paulo

Class.: 69

Data: 30/05/79

Pg.: _____

Funai vai ESP investigar 30.05.79. denúncias

Da sucursal e
do correspondente

A denúncia feita, em Paris, pela *Société des Americanistes*, de que funcionários da Funai estariam armando índios ianomami fronteira do Brasil com a Venezuela, para matarem outros grupos ianomami, que vivem do lado venezuelano, deverá ser investigada pela própria Funai, segundo garantiu seu presidente, Ademar Ribeiro da Silva, que disse desconhecer qualquer problema na região. Em fitas gravadas, os missionários que atendem os ianomami na Venezuela afirmam que os índios brasileiros já realizaram diversas incursões no território vizinho, deixando um saldo de mortes, entre elas a de um cacique tapawe.

A situação dos ianomami venezuelanos, que estariam em pânico ante a possibilidade de um massacre, foi denunciada pelos frades missionários César Timanave e Juan José Blade que atuam na missão Alto Orenoco, com sede na localidade de Mayaca.

A Funai, em Brasília, não dispõe de informações sobre o caso e estranhou que este tipo de ataque esteja ocorrendo, já que os índios ianomami, cerca de 15 mil, levando-se em conta as tribos existentes no Brasil e na Venezuela, sempre perambularam sem maiores problemas, por toda esta região, não respeitando a fronteira entre os dois países. Os funcionários da Funai que estariam instigando os índios, estão fazendo, de acordo com as informações, papel de policiais. Dizem os índios que "podem e devem matar os venezuelanos", de cujas terras poderiam tomar posse.

Invasões

Até o final do próximo ano, a Funai espera resolver todos os problemas de invasão de áreas indígenas no Brasil, demarcando até 1985 as reservas já criadas. Essa é a orientação estabelecida pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), segundo informação de seu diretor, José de Ribamar Cantanhede, que esteve no Pará para examinar essas questões.

Os invasores de áreas indígenas, sejam eles posseiros ou supostos proprietários, terão que retirar-se das terras que ocupam irregularmente até o final de 1980. Cada caso será examinado particularmente, de acordo com a gravidade e a natureza específica da situação.